



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DO
AGRONEGÓCIO PARANAENSE**

DEBORA KASSEM BUTURI

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DO
AGRONEGÓCIO PARANAENSE**

DEBORA KASSEM BUTURI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Oliveira Garcias.

Foz do Iguaçu
2019

DEBORA KASSEM BUTURI

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DO
AGRONEGÓCIO PARANAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Marcos de Oliveira Garcias
UNILA

Dra. Jacqueline Aslan Souen
UNILA

Dr. Leandro Gilio
INSPER

Foz do Iguaçu, 10 de dezembro de 2019.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que lograram seu espaço no mercado de trabalho e que, ainda, lutam contra as desigualdades e discriminações. Em especial, às mulheres fortes e batalhadoras que me criaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador Prof. Dr. Marcos de Oliveira Garcias, por todo auxílio, paciência, encorajamento e amizade que construímos durante os anos de graduação. Com certeza, é um dos maiores exemplos de pessoa e de profissional que levarei comigo.

Agradeço à minha família, de São Paulo e de Foz do Iguaçu, que me acolheu, me abrigou e me ajudou de todas as maneiras possíveis durante os anos de graduação, em especial à minha tia Jamile e à minha avó Mafalda.

Agradeço aos meus pais que nunca mediram esforços pra me proporcionar a melhor educação e que me apoiaram em minhas decisões.

Ao meu companheiro Renato, que esteve ao meu lado desde o primeiro mês de faculdade e que compartilhou essa jornada comigo. Por todo apoio e motivação que me deu em diversos momentos e por tornar essa caminhada mais leve e confortante.

Aos meus colegas e amigos de curso, pela amizade, pela convivência e pela solidariedade, em especial ao Alef, à Daniela e à Deysi, por todo auxílio e companheirismo.

Aos professores do curso de Ciências Econômicas, por todo engajamento e esforço em repassar o conhecimento aos discentes.

À Nicole Rennó Castro, que nos auxiliou grandemente na realização desta pesquisa. À Dra. Jacqueline Aslan Souen e ao Dr. Leandro Gilio que estiveram presentes na banca.

Por fim, agradeço à UNILA, pela oportunidade de formação em uma Universidade pública e gratuita de excelência, e por me proporcionar uma experiência jamais imaginada, de muito aprendizado e crescimento.

BUTURI, Debora Kassem. **Participação das mulheres no mercado de trabalho do agronegócio paranaense**. 2019. 51 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa mensura, analisa e discute o perfil das mulheres que atuam no agronegócio no Estado do Paraná, tendo como foco os aspectos socioeconômicos das trabalhadoras nos diferentes segmentos deste setor. Para tanto, utiliza como principal base de dados a PNAD e, de forma complementar, faz uso da CNAE 2.0, informações do Cepea e da RAIS. Estimou-se que, para o ano de 2015, o agronegócio paranaense correspondeu a 23% do total de mulheres ocupadas no Estado, dispostas dentro de seus segmentos de maneira que o primário contempla a maior parcela de trabalhadoras, com 41% do total. Destas mulheres, 53% são empregadas com carteira de trabalho assinada e 16% atuam por conta própria. O segmento primário se destaca por agrupar a maior concentração de mulheres que trabalham para o consumo próprio e que não são remuneradas, além de também se caracterizar pelo emprego de mulheres com a menor média de anos de estudo e de nível de instrução. O rendimento mensal médio auferido pelas trabalhadoras do agronegócio foi de R\$ 1.648 para o ano analisado, de modo que as mulheres melhores remuneradas atuam no segmento produtor de insumos. Quanto à posição no trabalho, as mulheres melhores remuneradas são empregadoras, seguidas pelas que atuam por conta própria. E, por fim, em relação ao nível de instrução, mulheres com formação superior recebem salário 226% maior do que aquelas sem formação, 192% superior às com formação fundamental e 136% superior às com formação média.

Palavras-chave: Agronegócio. Mercado de trabalho feminino. Mulheres. Paraná. PNAD. CNAE.

BUTURI, Debora Kassem. **Women's participation in the agribusiness labor market of Paraná**. 2019. 51 pages. Final Paper in Economics Sciences – Economy, Integration and Development – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

This study measures, analyzes and discusses the profile of women who work in the agribusiness in the State of Paraná, focusing in the socioeconomic aspects of these workers in the different segments of this sector. It uses as the principal data base the PNAD and, in a complementary way, it uses CNAE 2.0, Cepea and RAIS information. We estimate that, in 2015, the Paraná agribusiness corresponded to 23% of the total female population occupied in the state, with 41% of them working in the primary activities. Among these women, 53% are employed with a formal contract and 16% are self-employed. The primary segment concentrates the biggest part of the women that work for their own consumption and of unpaid women. Besides, this segment is also characterized by the employment of women with the lowest average years of education and of instruction level. The remuneration of these women, on average, was R\$ 1,648 per month, and those who are better paid work with inputs production. Regarding to the position in the work, those women who are better paid work as employers, followed by those who are self-employed. Finally, towards the education level, women graduated in higher education receive 226% more than those without scholar formation, 192% more than those with elementary education and 136% more than those with high education.

Key words: Agribusiness. Female labor market. Women. Paraná. PNAD. CNAE.

BUTURI, Debora Kassem. **Participación de las mujeres en el mercado laboral del agronegocio en Paraná**. 2019. 51 páginas. Tesis de Grado em Ciências Econômicas – Economía, Integración y Desarrollo – Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

Esta pesquisa evalúa, analiza y discute el perfil de las mujeres que actúan en agronegocio del estado de Paraná, enfocando en los aspectos socioeconómicos de estas trabajadoras en los diferentes segmentos de este sector. Para tanto, utiliza como principal base de datos la PNAD y, de manera complementaria, utiliza la CNAE 2.0, informaciones del Cepea y RAIS. Se ha estimado que, para el año de 2015, el agronegocio paranaense correspondió a 23% del total de mujeres empleadas en el estado, estando dispuestas en sus segmentos de manera que lo que contempla la mayor parcela es el primario, con 41% del total. De estas mujeres, 53% son empleadas con cartera de trabajo firmada y 16% actúan por cuenta propia. El segmento primario se destaca por agrupar la mayor concentración de mujeres que trabajan para el propio consumo y que no son pagas, además de también estar caracterizado por ser el segmento que más emplea mujeres con el más bajo promedio de años de estudio y de nivel de instrucción. El pago promedio ganado por las trabajadoras del agronegocio fue de R\$ 1,648 para el año analizado, de modo que las mejores remuneradas actúan en el segmento productor de insumos para la agropecuaria. En lo que respecta la posición en el trabajo, las mujeres más bien pagas son empleadoras, seguidas por las que actúan por cuenta propia. Por fin, no que toca el nivel de instrucción, mujeres con formación superior ganan salario 226% mayor que aquellas sin formación, 192% mayor que aquellas con formación primaria y 136% mayor que aquellas con formación secundaria.

Palabras clave: Agronegocio. Mercado de trabajo femenino. Mujeres. Paraná. PNAD. CNAE.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Ingresso e participação da força de trabalho feminina no Brasil	12
2.2 Um breve panorama do mercado de trabalho do agronegócio brasileiro	14
2.3 A mulher no mercado de trabalho do agronegócio brasileiro.....	16
3 OBJETIVOS.....	20
3.1 Objetivo geral	20
3.2 Objetivos específicos	20
4 METODOLOGIA	21
4.1 Classificação das atividades pertencentes ao agronegócio	21
4.2 Filtragem e cálculo da população ocupada no agronegócio paranaense.....	24
4.3 Base de dados	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
5.1 Mensuração do mercado de trabalho feminino do agronegócio no Paraná	28
5.2 Perfil das mulheres ocupadas no agronegócio paranaense.....	32
5.3 Análise dos rendimentos das mulheres do agronegócio paranaense	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio é uma cadeia produtiva estruturada com ligações a montante (incorporação de tecnologia por meio de insumos agrícolas) e a jusante (produção de produtos diferenciados) a partir das atividades agropecuárias (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA, 2017). Deste modo, o agronegócio envolve as atividades de produção de insumos, a produção agropecuária propriamente dita, atividades de processamento dos produtos agropecuários e atividades de comércio, transporte e demais serviços que se distribuem ao longo da cadeia produtiva até o consumidor final ou a exportação (CASTRO et al., 2017).

Especificamente no Estado do Paraná, o agronegócio representa 33% do Produto Interno Bruto é responsável por 70% das exportações, o que o coloca como o terceiro maior exportador no setor do agronegócio brasileiro, estando representado por 15 milhões de hectares plantados e cerca de 305 mil produtores distintos. (Agência de Notícias do Paraná – AEN-PR, 2019). De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), os dados do Censo Agropecuário de 2017, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam o Paraná entre os cinco maiores produtores do Brasil, sendo líder na produção avícola e estando na disputa pela liderança em setores importantes como soja, milho e suinocultura (SEAB, 2019). Além disso, o IBGE, em 2019, escolheu o Paraná como local para realizar o detalhamento dos números referentes ao Censo Agropecuário de 2017, o que ocorreu em virtude de o Estado ter uma vocação agropecuária e possuir um dos sistemas produtivos mais diversificados e eficientes do Brasil, segundo o próprio instituto (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, 2019).

Entre os fatores que contribuem para a atual conjuntura do agronegócio paranaense destacam-se as condições climáticas, a diversificação de atividades, a integração agroindustrial, a utilização de material genético de padrão adequado, a baixa inadimplência e o zoneamento de determinadas culturas (AEN-PR, 2019). Segundo Noberto Ortigara, responsável pela SEAB, a tecnologia pode ser atribuída como a principal responsável pelo desempenho do Estado neste setor.

Além dos aspectos produtivos, a evolução do agronegócio reflete-se também no mercado de trabalho, um mercado dinâmico que se ajusta às alterações

tecnológicas em curso no setor agropecuário, bem como às alterações no âmbito socioeconômico, haja vista o aumento da participação das mulheres no agronegócio, tema ainda pouco explorado pela literatura, mesmo que seu papel seja cada vez mais decisivo no gerenciamento da cadeia produtiva (CIELO et al., 2014; CASTRO et al., 2017).

Provável causa disto é a invisibilidade do trabalho feminino e de sua contribuição na renda familiar. Sua condição de responsabilidade frente aos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos e demais membros da família fez com que, durante muito tempo, o trabalho feminino fosse considerado desprovido de valor produtivo ou apenas como ajuda na manutenção da estrutura familiar (CIELO et al., 2011).

Como destaca Cielo et al. (2011), o aumento do ingresso das mulheres na força de trabalho e na população economicamente ativa teve início na década de 1970, impulsionado pelas transformações socioculturais e pelas mudanças nos valores atribuídos ao papel da mulher na sociedade. Contudo, Bruschini (2007) aponta que simultaneamente ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, observa-se ainda a permanência de algumas características que se faziam presente no cenário anterior, como, por exemplo, a elevada concentração de mulheres em setores vulneráveis e a baixa exigência de qualificação profissional. Dentro do agronegócio, estas características também se fazem perceptíveis. No segmento da agropecuária, a força de trabalho feminina está concentrada na hortifruticultura e em atividades relacionadas à avicultura, grãos e à bovinocultura, as quais são tradicionalmente relacionadas à menor exigência de força física, visto que existe um desestímulo à contratação de mulheres em áreas que demandam maior esforço (CEPEA, 2018).

Contudo, num cenário mais recente, a força de trabalho feminina dentro da cadeia produtiva do agronegócio também apresenta resultados positivos. O total de mulheres atuantes no agronegócio, no período de 2004 a 2015, cresceu 8,3%, o que representa um aumento de 24,1% para 28% da participação da mulher no mercado de trabalho do agronegócio (CEPEA, 2018).

Porém, apesar do crescimento da população feminina atuante no agronegócio, diversas são as desigualdades que ainda se fazem presentes dentro do setor. Podemos citar como uma das principais a não contratação de mulheres em trabalhos tradicionalmente masculinos, além da diferenciação salarial entre elas e os

homens empregados nos mesmos segmentos. Entre 2004 e 2015, os valores médios auferidos pelas mulheres ocupadas no agronegócio brasileiro apresentaram crescimento real de R\$ 224,45, o que representa um aumento de 57%. Embora os rendimentos médios das mulheres empregadas tenham apresentado tal crescimento, a disparidade permanece alta quando comparados ao nível médio salarial recebido pelos homens que atuam no mesmo setor, tendo em vista que no período de 2014/15, constatou-se uma diferença, em termos absolutos, de R\$ 227,25 em favor da mão de obra masculina (CEPEA, 2019).

Algumas teorias mais conservadoras optam por relacionar a diferença salarial com o grau de instrução, entretanto, dados da RAIS (2013) mostram que no ano de 2013, 58,9% do emprego formal estava composto por mulheres com ensino superior completo e a escolaridade das trabalhadoras apresentava-se superior à dos trabalhadores, uma vez que elas configuravam 27% da parcela com doze ou mais anos de estudo, e eles apenas 17% (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2014).

Apesar dos avanços, ainda são diversos os desafios que as mulheres têm de enfrentar para o seu reconhecimento no agronegócio. Porém, elas vêm cada vez mais conquistando significativa parcela dentro do setor. Sua presença é constante em inúmeras atividades: seja dentro da porteira – como produtoras agrícolas e pecuaristas – ou atuantes como executivas em empresas agroindustriais, enquanto docentes e pesquisadoras na área e inseridas em distintos órgãos voltados às questões do *agribusiness* (CIELO et al., 2014).

Deste modo, esta pesquisa objetiva mensurar, analisar e discutir o perfil das mulheres que atuam no agronegócio no Estado do Paraná, tendo como foco os aspectos socioeconômicos das trabalhadoras nos diferentes segmentos deste setor. Examinar a atuação da mão de obra feminina no agronegócio contribui para um melhor mapeamento do cenário atual e de como as questões de gênero estão organizadas dentro deste ramo que representa uma parcela significativa do PIB estadual e, conseqüentemente, nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão apresentados os conceitos teóricos do cenário do mercado de trabalho feminino no Brasil. Em seguida, será relatado um panorama geral do mercado laboral do agronegócio. Por fim, conectando estes dois temas principais, explicita-se o contexto da participação das mulheres no mercado de trabalho do agronegócio.

2.1 Ingresso e participação da força de trabalho feminina no Brasil

Durante muitos anos, o trabalho realizado pela mulher e sua participação na renda familiar esteve condicionado à invisibilidade. Sua responsabilidade frente aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos e demais membros da família contribuiu para que o trabalho feminino fosse considerado desprovido de valor produtivo ou apenas como ajuda na manutenção da estrutura familiar (CIELO et al., 2011).

Diversos estudos apontam que a partir da década de 1970 a presença da mulher no mercado de trabalho apresentou crescimento significativo, o que possibilitou a conquista de bons empregos, facilitou o acesso a profissões de prestígio e a cargos de gerência. Dentre os fatores que resultaram no crescente ingresso das mulheres em melhores ocupações, pode-se destacar a transformação sociocultural da época e as mudanças nos valores atribuídos ao papel da mulher na sociedade, impulsionada pelos movimentos feministas e pela presença cada vez maior de mulheres nos espaços públicos (CIELO et al., 2011). As transformações demográficas que ocorreram no período também foram fator de influência. A queda da taxa de fecundidade, a redução no tamanho das famílias, o envelhecimento da população – com maior expectativa de vida para as mulheres em relação aos homens – e, finalmente, o crescimento dos arranjos familiares chefiados por mulheres permitiram uma maior autonomia a elas. Todos esses fatores contribuíram para intensificar o desejo das mulheres de ingressarem em universidades e não se submeterem apenas à vida doméstica (BRUSCHINI, 2007).

Contudo, simultaneamente ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, observou-se a permanência de algumas características que se faziam presentes no cenário anterior, como, por exemplo, a elevada concentração de mulheres em setores vulneráveis e a baixa exigência de qualificação profissional

para as trabalhadoras. Além disso, grande parcela da população feminina permanece concentrada nos setores mais tradicionais, como serviços sociais, educacionais e relacionados à saúde, além de permanecerem encarregadas de praticamente toda a responsabilidade frente às atividades domésticas e aos cuidados com filhos e outros familiares (BRUSCHINI, 2007).

Este cenário composto por segmentos essencialmente femininos perdura até a década atual. Como coloca o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) em estudo de 2017, segundo dados da PNAD Contínua do ano de 2013, o setor de serviços domésticos está composto por 92,6% de ocupação feminina, seguido da área educacional, na qual as mulheres compõem 76,5% da força de trabalho total, e do setor de comércio, no qual respondem a 41,7%. Enquanto isso, setores da indústria de transformação, transportes e construção comportam 37,3%, 12,8% e 3,2%, respectivamente, da força de trabalho feminina. Em relação ao desemprego e à informalidade do trabalho, no mesmo ano, as mulheres compunham 56,8% do desemprego total, 55,6% das atividades destinadas ao consumo próprio e 65,1% das atividades não remuneradas (CESIT, 2017).

Algumas teorias mais conservadoras optam por explicar essa diferença participativa responsabilizando a baixa escolaridade e a ausência de experiência profissional por parte das mulheres. No entanto, no ano de 2013, 58,9% do emprego formal estava composto por mulheres com ensino superior completo e a escolaridade das trabalhadoras apresentava-se muito superior à dos trabalhadores, sendo que elas configuravam 27% da parcela com doze ou mais anos de estudo, enquanto eles constituíam apenas 17% (CESIT, 2017).

Ainda assim, qualquer que seja o nível de escolaridade das mulheres, suas remunerações estão sempre inferiores quando comparada às dos homens. No nível superior de escolaridade, as diferenças de rendimento são ainda maiores do que nas ocupações que exigem apenas nível fundamental ou médio. A Organização Internacional do Trabalho define igualdade salarial como salário igual para realizar um trabalho igual ou similar, ou para realizar um trabalho completamente diferente, porém de mesmo valor. No entanto, isso ainda não é verificado na prática. Em 2014, o rendimento médio das mulheres era de R\$ 1.435,75, enquanto o dos homens era de R\$ 1.934,93, o que exprime uma diferença salarial de 26%. Na mesma época, as mulheres recebiam em média 81,8% da remuneração masculina no setor rural, 80,7% no comércio, 78,8% no setor de serviços, 74,7% na administração pública e

64,9% na indústria. Isto reafirma que nos setores associados ao sexo feminino a diferença salarial entre homens e mulheres é menor do que nos setores associados ao sexo masculino (CESIT, 2017).

2.2 Um breve panorama do mercado de trabalho do agronegócio brasileiro

A agricultura é considerada um dos pilares essenciais que sustentam a economia brasileira desde o período colonial. A atividade agrícola passou por diversos ciclos: o do pau-Brasil, o da cana-de-açúcar, o da pecuária e o ciclo do café, predominante no Sudeste do País (ALVES, 2017). De acordo com Silva (2017), no século XIX, os países hoje considerados desenvolvidos estavam no ápice de sua fase de industrialização e buscavam outras áreas de influência onde pudessem vender seus produtos industrializados e de onde pudessem obter matérias-primas para sustentar suas indústrias. É neste momento que o Brasil iniciou a utilização de técnicas industriais para o desenvolvimento da produção no campo, dando abertura à revolução agrícola.

A expansão da agricultura brasileira é resultado de uma combinação de diversos fatores geográficos, territoriais e climáticos e, somado a isso, principalmente a partir de 1950, observou-se um incremento na pesquisa e em políticas específicas por parte do governo que objetivavam aprimorar a produção e o desenvolvimento agrícola. Já na década de 1970, sobretudo em 1973 com a criação da Embrapa, os investimentos nas ciências agrárias no âmbito de universidades e institutos de pesquisa foram responsáveis por gerar conhecimento que transformaram a agricultura tradicional (ALVES, 2017). A pecuária, a avicultura e a suinocultura foram outros setores que também obtiveram incrementos na produção e na produtividade derivados desse crescente investimento que trouxe avanços para a ciência e proporcionou inovações tecnológicas, além do estímulo fornecido pelas políticas públicas (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, 2018).

Toda essa trajetória fez com que atualmente o Brasil se configure no mercado agrícola mundial como o maior produtor de café e segundo maior produtor de soja. Também faz parte do mercado agropecuário mundial ocupando a posição de quarto maior produtor e exportador de carne suína, segundo maior produtor de carne bovina e principal exportador de carne bovina e de carne de frango (EMBRAPA, 2018).

Castro (2018) ressalta que a modernização do setor agrícola interno, quando somada à globalização e à internacionalização da agricultura no decorrer das últimas décadas, resulta num modelo que vincula a produção primária à produção industrial. Deste modo, a relação entre o setor agrícola e a indústria passa a configurar um novo setor econômico, conhecido por “agronegócio”.

Davis e Goldberg (1957) classificam o agronegócio como o conjunto de todas as operações e transações que estão envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários até seu processamento, distribuição e consumo *in natura* ou industrializado. Assim sendo, o agronegócio surge para delimitar a junção do setor de produção primário com outros setores econômicos, de modo que estes não atuam mais de maneira separada.

O agronegócio é de suma importância para economia brasileira, apresentando forte impacto no PIB, na balança comercial, na produtividade e na inovação tecnológica do País. De acordo com Castro (2018), em 2016 o agronegócio compôs 20% do PIB e 46% das exportações totais do Brasil. Além disso, a força de trabalho na agricultura teve crescimento médio anual de 4,5% entre 1995 e 2009, o que corresponde a um número cinco vezes superior ao crescimento da taxa média anual da produtividade brasileira, que foi de 0,8% (CASTRO, 2018).

Sobre o perfil do trabalhador que contribui para o agronegócio do Brasil, Castro (2018) aponta que este possui menor nível educacional quando comparado com outros setores econômicos, é mais provável que esteja trabalhando informalmente e que seja homem. Somado a isso, as atividades provenientes do agronegócio que são geradoras de renda não fornecem número significativo de empregos, enquanto as atividades que requerem baixa habilidade técnica, que oferecem baixa remuneração e que geram baixo valor agregado são as responsáveis por gerar maior número de empregos.

No que tange os rendimentos dos trabalhadores do agronegócio, verifica-se uma diferença significativa entre a média deste setor e de outros setores econômicos. A renda média do trabalhador do agronegócio está em torno de R\$ 1.235,00, enquanto o trabalhador que não faz parte do agronegócio ganha em torno de R\$ 1.897,00 mensais. Os principais fatores que contribuem para esta disparidade são, como já citados, a diferença no nível educacional e a tendência ao trabalho informal. Em contrapartida, a renda relacionada ao grau educacional tende a ser proporcionalmente maior no setor do agronegócio do que nos outros setores e, por

fim, a região geográfica se sobressai como outra variável que influencia na renda, uma vez que pessoas ocupadas no agronegócio nas regiões Norte e Nordeste do Brasil ganham, em média, remuneração consideravelmente mais baixa do que os trabalhadores do mesmo setor nas outras regiões (CASTRO, 2018).

2.3 A mulher no mercado de trabalho do agronegócio brasileiro

A participação das mulheres de maneira ativa no mercado de trabalho vem crescendo e se desenvolvendo nos últimos anos. No setor do agronegócio não é diferente. De acordo com estudo realizado pelo Cepea (2018), no período entre 2004 e 2015 houve uma tendência geral de redução da população ocupada (PO) do agronegócio, com índice de 6,6%. Esta tendência também se deu para o número de homens atuantes no setor, que mostrou uma queda expressiva de 11,6%. Porém, neste mesmo período, o total de mulheres atuantes no agronegócio cresceu 8,3%. Diante disto, a participação da mulher no mercado de trabalho do agronegócio aumentou consistentemente, passando de 24,1% para 28% entre os 11 anos analisados (CEPEA, 2018).

Estudos da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) mostram que as mulheres são responsáveis pela produção de mais da metade dos alimentos em todo o mundo (FAO, 2012), e em países subdesenvolvidos, as mulheres representam em média 43% da força de trabalho agrícola – números que vão desde 20% na América Latina até 50% na Ásia oriental e na África subsaariana (FAO, 2011). Todavia, o papel das mulheres não se resume ao segmento agropecuário. Além do trabalho no campo, observa-se também sua atuação no restante da cadeia produtiva do agronegócio, como, por exemplo, atuando na qualidade de executivas em empresas agroindustriais, enquanto docentes em cursos voltados para a área, frente às pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e em distintos órgãos voltados aos tópicos do *agribusiness* (CIELO et al., 2014).

Apesar de o agronegócio contribuir com uma participação menor na população ocupada brasileira total (21,63% da PO em 2015), a participação feminina na população ocupada no agronegócio (PFPOAGRO), no período analisado, cresceu com maior intensidade do que nos demais setores econômicos – aumento de 3,86 pontos percentuais na PFPOAGRO, em contrapartida ao aumento de 0,05 pontos percentuais na população feminina ocupada em outros setores econômicos

(PFPOOUTROS) – influenciando positivamente a taxa de participação feminina no Brasil como um todo. Contudo, cabe enfatizar que este incremento na PFPOAGRO não é atribuído somente ao aumento do número de mulheres ocupadas trabalhando no agronegócio, mas também à parcela da população masculina que foi desvinculada do setor (CEPEA, 2019).

Os segmentos do agronegócio brasileiro que mais empregam mulheres são a agroindústria e o agrosserviço, totalizando, respectivamente, 34,11% e 45,32% do total da força de trabalho feminina no ano de 2015. Em contrapartida, os homens atuam primordialmente na agropecuária (setor primário). As mulheres que trabalham no setor primário estão concentradas na hortifruticultura e em atividades relacionadas à avicultura, grãos e à bovinocultura, as quais são tradicionalmente relacionadas à menor exigência de força física, visto que existe um desestímulo à contratação de mulheres em áreas que demandam maior esforço (CEPEA, 2018).

Apesar do incremento da participação da mulher no agronegócio, a invisibilidade atrelada a elas ainda se faz presente. A dimensão da invisibilidade da mulher no campo pode ser notada quando se compara a quantidade de mulheres destinadas aos trabalhos sem remuneração, com jornadas inferiores a 15 horas semanais e voltados para o autoconsumo e de seus familiares (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2006). De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, neste mesmo ano a participação feminina foi de aproximadamente 13% na direção de trabalhos agrícolas relacionados à agricultura familiar. Na agricultura não-familiar esta porcentagem está em torno dos 6%. Ademais, quando se trata do trabalho agrícola não remunerado ou de autoconsumo, o percentual de participação de mulheres é maior quando comparado aos homens, estando elas responsáveis por 46,7% e eles, por 30,7% (Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, 2016).

A atribuição das mulheres aos trabalhos agropecuários voltados para o autoconsumo e não remunerados reflete-se, de modo geral, na percepção de que estas têm seu trabalho socialmente definido como uma obrigação natural, ao cumprirem seu papel de mães, esposas, cuidadoras do lar e provedoras das necessidades familiares. Resultado disto é a reprodução da invisibilidade do trabalho feminino auferida pela percepção da sociedade sobre seu papel (MDA, 2006). A maior participação da mulher nos trabalhos não remunerados e voltados para o autoconsumo e de seus familiares é um dos fatores que contribui para que os

salários das mulheres sejam inferiores aos salários dos homens no agronegócio. Apesar disso, entre 2004 e 2015, os valores médios auferidos pelas mulheres ocupadas no agronegócio apresentaram crescimento real de R\$ 224,45, o que representa um aumento de 57%. Embora os rendimentos médios das mulheres empregadas tenham apresentado tal crescimento, a disparidade permanece alta quando comparados ao nível médio salarial recebido pelos homens que atuam no mesmo setor (CEPEA, 2019).

Quando se faz a comparação entre os rendimentos das mulheres e dos homens ocupados no agronegócio, o resultado que se encontra é que a diferença salarial entre os dois grupos está em torno de 27%. Contudo, as características das trabalhadoras justificariam um rendimento médio superior ao dos trabalhadores, como, por exemplo, a escolaridade, visto que 3,4% das mulheres possuem 13 anos ou mais de estudo, enquanto para os homens esta taxa é de 1,7% nos anos de 2014 e 2015. Já a categoria de 10 a 12 anos de estudo, por sua vez, representa 20,2% das mulheres ocupadas e apenas 10,4% dos homens. Por fim, indivíduos sem instrução representam 16,8% da mão de obra feminina contra 25,1% da masculina, no mesmo período (CEPEA, 2019).

Mulheres que atuam em diferentes setores dentro do agronegócio também apresentam remunerações distintas. As principais contribuições dos atributos observáveis para a diferença das remunerações são a região geográfica (6,22%), a idade (6,56%) e a escolaridade (21,85%). Outros fatores que contribuem para a disparidade salarial entre as mulheres atuantes no agronegócio são: a facilidade de acesso ao crédito e à assistência técnica, a existência de uma estrutura fundiária descentralizada e a formação de um sistema de cooperativas, o que, principalmente na região Sul do País, fazem com que as atividades do agro apresentem bons resultados econômicos e ajudam a explicar os maiores rendimentos médios observados nos Estados desta região (CEPEA, 2019).

Por fim, quando comparados os rendimentos das mulheres do agronegócio aos rendimentos recebidos por mulheres empregadas em outros setores econômicos, nota-se que a trabalhadora do agronegócio recebe remuneração de 25% a 35% inferior. Grande parcela da divergência nas remunerações se explica pelo menor grau de instrução, o qual agrega 49,03% das mulheres trabalhadoras em outros setores com 10 ou mais anos de estudo, enquanto no agronegócio este índice é de 23,58%; pela ocupação de cargos que

pagam salários mais baixos, sendo que a maior parcela das mulheres empregadas no agronegócio são consideradas “trabalhadoras por conta própria” e concentram-se em setores que tradicionalmente remuneram abaixo da média, como na agropecuária e agroindústrias de produção de alimentos; e por residirem em regiões cuja média salarial é mais baixa em comparação com trabalhadoras de outros setores (CEPEA, 2019).

3 OBJETIVOS

Apresentam-se, nesta sessão, os objetivos gerais e específicos delimitados ao realizar esta pesquisa.

3.1 Objetivo geral

Esta pesquisa objetiva mensurar, analisar e discutir o perfil das mulheres que atuam no agronegócio no Estado do Paraná, tendo como foco os aspectos socioeconômicos das trabalhadoras nos diferentes segmentos deste setor.

3.2 Objetivos específicos

- Classificar as atividades econômicas do agronegócio, identificando os seus diferentes segmentos, integral ou parcialmente;
- Identificar o mercado de trabalho do agronegócio no Paraná;
- Analisar o perfil das mulheres empregadas no agronegócio no Paraná;
- Avaliar as diferenças entre as mulheres que ocupam distintos segmentos dentro do agronegócio, bem como as diferenças entre as mulheres atuantes no agronegócio e aquelas ocupadas em outros setores econômicos.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa faz uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), disponibilizados pelo IBGE, com uso complementar dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do atual Ministério da Economia, ambos referentes ao ano de 2015.

Em termos metodológicos, a pesquisa configura-se, primeiramente, como descritiva, uma vez que procura examinar como se apresenta o mercado de trabalho das mulheres no agronegócio no Estado do Paraná. Sua abordagem é primordialmente quantitativa, a qual está definida por Richardson (2007) como o “emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”, visto que trabalha com os dados provenientes da PNAD.

O emprego da abordagem quantitativa não exclui uma segunda abordagem qualitativa, a qual Richardson (2007) classifica como uma compreensão detalhada dos significados e características, capaz de descrever a complexidade de determinado problema, analisar variáveis e entender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, configurando-se como uma forma de percepção da natureza de um fenômeno social. Assim sendo, na análise das informações estatisticamente obtidas, as técnicas qualitativas permitem a verificação dos resultados e uma ampliação das relações encontradas. Richardson (2007) ainda defende que a integração destes dois métodos de pesquisa é de suma importância e contribui para um melhor desenvolvimento de pesquisas na área social que objetivam a melhoria das condições de vida da população.

4.1 Classificação das atividades pertencentes ao agronegócio

Nesta pesquisa, utilizou-se a classificação adotada pelo Cepea que especifica agronegócio sendo aquele que envolve as atividades de (i) insumos para a agropecuária, (ii) produção agrícola e pecuária, (iii) indústrias de processamento de produtos agropecuários (bens primários de base vegetal ou animal), e (iv) serviços. De maneira mais específica, como resume Castro et. al (2017) o agronegócio está configurado como um sistema de cadeias interligadas a partir das atividades agropecuárias, envolvendo assim, as atividades de produção de insumos, a produção agropecuária propriamente dita, atividades de processamento dos

produtos agropecuários e atividades de comércio, transporte e demais serviços que encontram-se dispostos durante a cadeia produtiva até o consumidor final ou a exportação.

Para que se possam diferenciar as atividades que se enquadram total ou parcialmente no setor do agronegócio, o Cepea utiliza as informações da Matriz de Insumo-Produto (MIP) brasileira de 2010, considerando as atividades elencadas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0¹ e seus setores, contabilizados no agronegócio de acordo com a intensidade de sua vinculação com a agropecuária (CEPEA, 2017). A Tabela 1 apresenta os segmentos e suas respectivas atividades consideradas parte do agronegócio.

Tabela 1. Atividades e segmentos do agronegócio e respectivas CNAEs

CNAE 2.0	Segmento	Atividade
2012; 2013	Insumos	Fertilizantes e corretivos de solo
20517	Insumos	Defensivos agrícolas
10660	Insumos	Rações
21220	Insumos	Medicamentos veterinários
283	Insumos	Máquinas para agropecuária
011; 012; 013; 014; 02	Primário	Agricultura e floresta
015; 017; 03	Primário	Pecuária, pesca e aquicultura
101; 102	Agroindústria	Abate e preparação de carnes e pescado
105	Agroindústria	Laticínios
107; 193	Agroindústria	Açúcar e etanol
108	Agroindústria	Indústria do café
103	Agroindústria	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
104	Agroindústria	Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais
106 (exceto 10660)	Agroindústria	Moagem, fabricação de produtos amiláceos (exceto alimentos para animais)
109	Agroindústria	Outros produtos alimentares
11	Agroindústria	Bebidas
12	Agroindústria	Fabricação de produtos do fumo
1311; 1312; 1321; 1322	Agroindústria	Têxtil de base natural
14	Agroindústria	Vestuários e acessórios*
1510; 1529; 1531	Agroindústria	Artigos de couro e calçados
16	Agroindústria	Fabricação de produtos de madeira
17	Agroindústria	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

¹ Ver <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-para-mais-informacoes>.

3101	Agroindústria	Móveis de madeira
46; 47; 49 a 53; 55; 56; 58 a 66; 68 a 75; 77 a 82; 84	Agrosserviços	Diversos*

Fonte: Cepea (2017).

A PNAD, por sua vez, utiliza em sua base de dados a subdivisão da CNAE 2.0 conhecida por CNAE-Domiciliar². Conseqüentemente, esta pesquisa emprega a classificação da subdivisão domiciliar. A CNAE-Domiciliar dispõe de um menor grau de desagregação das atividades econômicas em relação à CNAE 2.0. Deste modo, alguns setores da CNAE 2.0 não estão presentes, com a mesma especificidade, na listagem da CNAE-Domiciliar. Tendo isto em vista e dado que a definição do agronegócio proposta pela Cepea se desenvolve a partir da CNAE 2.0 (Tabela 1), para que seja possível diferenciar os setores econômicos da CNAE-Domiciliar que fazem parte do agronegócio – total ou parcialmente – faz-se necessário uma compatibilização que possa salientar os setores correspondentes entre elas, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Atividades da CNAE-Domiciliar correspondentes à CNAE 2.0

CNAE 2.0	Segmento	Setor correspondente na CNAE-Domiciliar	Subsetor correspondente na CNAE-Domiciliar
2012; 2013	Insumos	24	24090
20517	Insumos	24	24090
10660	Insumos	Não consta similar	
21220	Insumos	24	24020
283	Insumos	29	29001
011; 012; 013; 014; 02	Primário	01; 02	01101 ao 01500; 02001 ao 02002
015; 017; 03	Primário	05	05001 e 05002
101; 102	Agroindústria	15	15010
105	Agroindústria	15	15030
107; 193	Agroindústria	15; 23	15041; 23400
108	Agroindústria	15	15042
103	Agroindústria	15	15021
104	Agroindústria	15	15022
106 (exceto 10660)	Agroindústria	15	15043
109	Agroindústria	15	15043

² Ver <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/cnae-domiciliar-2-0> para mais informações.

11	Agroindústria	15	15050
12	Agroindústria	16	16000
1311; 1312; 1321; 1322	Agroindústria	17	17001 e 17002
14	Agroindústria	18	18001 e 18002
1510; 1529; 1531	Agroindústria	19	19011 ao 19020
16	Agroindústria	20	20000
17	Agroindústria	21	21001 e 21002
3101	Agroindústria	36	36010 e 36090
			22000; 53010 ao
			53113; 55010 ao
			55030; 60010 ao
			67020; 70001 ao
			71030; 73000 ao
			75020 (exceto 75014);
			92011 ao 92040
			(exceto 92015, 92030 e
			92040)

Fonte: elaboração própria a partir da CNAE 2.0 e da CNAE-Domiciliar.

4.2 Filtragem e cálculo da população ocupada no agronegócio paranaense

Como citado anteriormente, algumas atividades fazem parte do agronegócio apenas de maneira parcial, e como a CNAE-Domiciliar possui um menor grau de desagregação em relação à CNAE 2.0, estas atividades precisam ser trabalhadas de maneira específica. Estes são o caso da produção de insumos (para fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários³ e maquinário agrícola), fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios, preparação e fabricação de artefatos de couro, fabricação de móveis de madeira, fabricação de álcool e refino do petróleo e atividades dos agrosserviços.

Para a filtragem da população ocupada nestas atividades, utilizou-se a base de dados da RAIS, referentes ao ano de 2015. A partir daí, foi possível a obtenção da porcentagem das atividades que fazem parte do agronegócio de maneira parcial, como foi o caso dos insumos, da produção de álcool e refino do petróleo e da produção de móveis de madeira⁴.

Para as demais atividades parcialmente pertencentes ao agronegócio, adotaram-se as porcentagens obtidas pelo Cepea⁵ (BARROS et al., 2014). Mais

³ Uma vez que na CNAE-domiciliar não constam medicamentos veterinários, estes são tidos nesta pesquisa como parte da fabricação de produtos farmacêuticos.

⁴ As ponderações obtidas a partir dos dados da RAIS referem-se à parcela pertencente ao agronegócio paranaense.

⁵ O Cepea, em seu cálculo do PIB do agronegócio nacional, utiliza-se dos dados do IBGE referentes

especificamente, as porcentagens fornecidas pelo Cepea foram utilizadas para a ponderação dos têxteis de base natural, vestuário e acessórios, couro e calçados de couro e dos agrosserviços⁶.

A adoção destes dois métodos se faz necessária uma vez que algumas atividades se encontram incluídas dentro de grupos maiores na CNAE-Domiciliar, não sendo possível atribuir a porcentagem do Cepea para o grupo inteiro. A Tabela 3 apresenta os coeficientes encontrados com base neste procedimento.

Tabela 3. Setores da CNAE-Domiciliar parcialmente agro e suas respectivas ponderações

Setor	Segmento	Atividade	Ponderação (%)
24	Insumos	Fabricação de produtos químicos	0,24 para produtos químicos (defensivos e fertilizantes); 0,1 para produtos farmacêuticos.
29	Insumos	Fabricação de máquinas e equipamentos	0,26 para fabricação de máquinas agrícolas.
17	Agroindústria	Fabricação de produtos têxteis	0,485 para têxteis de base natural.
18	Agroindústria	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,36
19	Agroindústria	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,625 para couro e calçados de couro.
23	Agroindústria	Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool	0,98 produção de álcool e refino do petróleo.
36	Agroindústria	Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,8 para fabricação de móveis de madeira.
22; 53; 55; 60 ao 67; 70; 71; 73 ao 75; 92	Agrosserviços	Diversos	0,145

Fonte: elaboração própria com base nos dados da RAIS (2015) e CEPEA (2014).

Os demais setores da Tabela 2 que não apresentam ponderação são considerados como atividades totalmente pertencentes ao agronegócio – setores 01,

ao Valor de Transformação Industrial e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para determinar a fração do valor agregado de cada atividade que pertence ao agronegócio.

⁶ As ponderações que foram utilizadas provenientes do Cepea referem-se à parcela pertencente ao agronegócio nacional.

02, 05, 15, 16, 20 e 21.

Após a ponderação de cada atividade parcialmente pertencente ao agronegócio, foi possível trabalhar com as variáveis que mensuram a população ocupada neste setor no Paraná. É importante salientar que nem todas as variáveis que mensuram características da população receberam as ponderações, obtendo resultado referente ao total da população ocupada por setor. As variáveis e suas descrições estarão explicitadas na seção seguinte.

4.3 Base de dados

Este trabalho utiliza a base de dados da PNAD do ano de 2015, disponibilizados pelo IBGE, e emprega apenas os dados referentes ao Estado do Paraná. A população investigada corresponde às pessoas de 10 anos ou mais de idade. É importante ressaltar que a PNAD considera como pessoas ocupadas aquelas que trabalham para o próprio consumo (PNAD, 2015), portanto, nesta pesquisa consideram-se aqueles que desempenham atividade de subsistência, exceto nos cálculos referentes às remunerações.

As variáveis extraídas da PNAD de 2015 para obter os resultados que serão apresentados neste trabalho estão listadas na Tabela 4.

Tabela 4. Variáveis da PNAD e suas respectivas descrições

Variável	Descrição
UF	Unidade de Federação
V0302	Sexo
V8005	Idade do morador na data de referência
V0404	Cor ou raça
V4011	Estado civil
V4745	Nível de instrução mais elevado alcançado
V9907	Código da atividade principal do empreendimento no trabalho principal da semana de referência
V1101	Teve algum filho nascido vivo até a data de referência
V4803	Anos de estudo (todas as pessoas)
V4706	Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade
V4718	Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais de idade
V4729	Peso da pessoa

Fonte: elaboração própria com base no dicionário da PNAD 2015.

A manipulação dos dados foi realizada por meio da divisão das atividades da CNAE-Domiciliar por setores, seguindo a mesma disposição dos códigos nela comportados. Na sequência, os setores foram realocados dentro dos segmentos do agronegócio: insumos, produção agropecuária, agroindústria e agrosserviços. Por exemplo, o setor 01 correspondente a “Agricultura, pecuária e serviços relacionados” e encontra-se no segmento 02, que caracteriza as atividades referentes à agropecuária. Ao todo foram criados 59 setores, dispostos em cinco segmentos: (i) insumos, (ii) agropecuária, (iii) agroindústria, (iv) agrosserviços e (v) atividades não pertencentes ao agronegócio. Destes setores, 31 são tidos como totalmente ou parcialmente referentes ao agronegócio e 28 como atividades externas ao agronegócio.

As ponderações apresentadas na seção anterior foram utilizadas para mensurar a população ocupada em cada segmento. Contudo, nem todas as variáveis que mensuram características desta população – rendimentos, posição na ocupação no trabalho principal e nível de instrução – receberam as ponderações, pois seria necessário escolher uma amostra populacional de forma aleatória⁷. Especificamente no caso da variável “Anos de estudo” as ponderações foram aplicadas, tendo em vista que a escolha de amostras aleatórias que contemplem a parcela pertencente ao agronegócio não diferem de maneira significativa dos resultados para a população total.

⁷ Os resultados obtidos a partir de amostras aleatórias diferem significativamente dos resultados obtidos quando se realiza o cálculo utilizando a população total.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Mensuração do mercado de trabalho feminino do agronegócio no Paraná

No ano de 2015, o agronegócio paranaense respondeu por 26,6% da população total ocupada no estado, abrangendo cerca de 1,4 milhões de pessoas ativas em seus segmentos. Em relação ao mercado de trabalho feminino, as mulheres ocupadas no agronegócio contemplam 23,1% de toda a população feminina ocupada no Paraná no ano de 2015, compreendendo cerca de 520 mil mulheres distribuídas entre os quatro segmentos do agronegócio, resultado compatível quando comparado com a proporção das mulheres participantes do mercado do agronegócio brasileiro, sendo que estas ocupavam 28% dos postos de trabalho em 2015 (CEPEA, 2018).

No Estado do Paraná, diferentemente do que se vê no cenário do agronegócio brasileiro, o segmento que mais empregou mulheres foi o primário de base agrícola (ou de atividades “dentro da porteira”), com cerca de 215 mil trabalhadoras, correspondente a 41% do total das mulheres empregadas no agronegócio. Contudo, é o setor com maior diferença entre a população feminina ocupada e a população feminina remunerada, tendo em vista que aproximadamente 2,9 mil mulheres trabalham no setor primário sem receber remuneração, o que pode ser explicado pela execução do trabalho voltado ao consumo próprio e à subsistência.

Em seguida, está o segmento da agroindústria, responsável pelo emprego de aproximadamente 168 mil mulheres, compondo uma parcela de 32% da população feminina total ocupada dentro do agronegócio. O próximo segmento que mais empregou mulheres dentro do agronegócio em 2015 foi o de serviços, com 25% da população total. Por fim, o segmento correspondente à produção de insumos é o que possui menor parcela de trabalhadoras ocupadas, respondendo, no ano de 2015, por 1,5% das mulheres empregadas no agronegócio, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5. População feminina ocupada no agronegócio paranaense e em seus segmentos (2015)

SEGMENTO	POPULAÇÃO OCUPADA	PARTICIPAÇÃO (%)
Insumos	7.611	1,5
Primário	215.163	41,1
Agroindústria	168.407	32,1
Agrosserviços	132.874	25,4
TOTAL AGRONEGÓCIO	524.055	100

Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.

Considerando as atividades de “dentro da porteira”, o setor que mais emprega mulheres é o de agricultura e pecuária, com 211 mil trabalhadoras (Tabela 6), com destaque para o subsetor de cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura, o qual emprega 20% da força de trabalho atuante no segmento primário. Já no que diz respeito à produção pecuária, a maior parcela de mulheres empregadas ocupa-se do subsetor de criação de aves, com 36 mil trabalhadoras, seguido pelo subsetor de criação de bovinos, com 35 mil trabalhadoras.

Estes resultados mostram-se compatíveis com a absorção da força de trabalho feminina no agronegócio brasileiro no ano de 2015, alocada principalmente no setor primário em atividades como hortifruticultura e avicultura, grãos e bovinocultura. Estudos do Cepea (2018) afirmam que estes setores, sobretudo a hortifruticultura e a avicultura, são reconhecidos pela menor exigência de força física na realização do trabalho, deste modo, a concentração de mulheres é, historicamente, maior do que nas demais culturas agropecuárias.

De acordo com o estudo realizado por Georgino (2008), a região Sul do País está entre as que mais contratam mão de obra feminina no setor hortifrutícola. Georgino (2008) também ressalta que as mulheres são mais demandadas do que os homens em funções que exigem maior habilidade manual e atenção, além da disciplina e da responsabilidade feminina serem pontos levados em consideração na admissão. Já em funções que exigem força física e contato com produtos químicos – principalmente no caso de gestantes – há um desestímulo à contratação. O estudo também destaca que a baixa oferta de mão de obra feminina torna-se um fator para a menor contratação, principalmente nos casos de lavouras próximas aos centros

urbanos, onde existem mais opções de empregos industriais e em atividades de serviços.

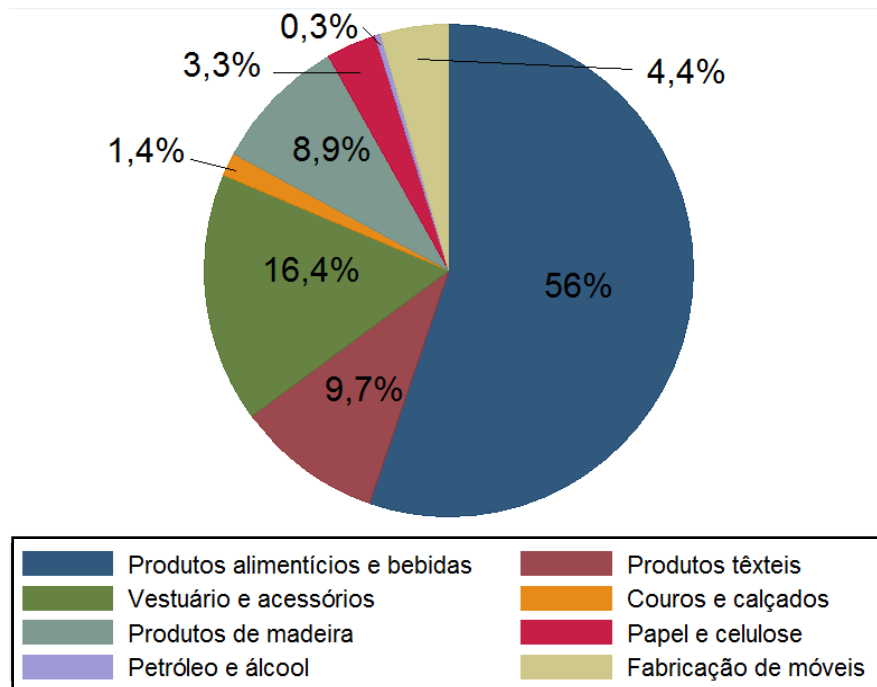
Tabela 6. Distribuição das mulheres atuantes no segmento primário no Paraná (2015)

SETOR	POPULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)
Agricultura e pecuária	211.805	98,4
Silvicultura e exploração florestal	671	0,3
Pesca e aquicultura	2.687	1,2
TOTAL SEGMENTO PRIMÁRIO	215.163	100

Fonte: Elaboração própria com resultados da pesquisa.

No que tange o segmento da agroindústria no estado do Paraná, a maior parcela da população feminina ocupada está alocada no setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, o que responde a 56% do total da força de trabalho empregada na agroindústria (Gráfico 1). Em seguida, encontram-se os setores de confecção de artigos do vestuário e acessórios e fabricação de produtos têxteis, alocando, respectivamente, 16,4% e 9,7% das mulheres ocupadas na agroindústria. Destaca-se também a indústria de fabricação de produtos de madeira, que emprega 8,9% das mulheres atuantes na agroindústria.

Gráfico 1. Distribuição das mulheres ocupadas na agroindústria do Paraná em 2015



Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.

O segmento dos serviços é o terceiro que mais emprega mulheres dentro do agronegócio paranaense, como mostra a Tabela 5. Cerca de 43% das mulheres atuantes no agrosserviço estão alocadas no setor de comércio a varejo e por atacado e reparação de objetos pessoais e domésticos, com destaque para os subsetores de comércio de artigos do vestuário, complementos e calçados (10%) e comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo (9%). O seguinte setor que mais emprega mulheres no agrosserviço é o de alojamento e alimentação, com 15,8% da população feminina atuante neste segmento.

Como indica Bruschini (2007), o emprego das mulheres continua seguindo certo padrão de ocupação, como é o caso dos setores tradicionais da indústria, por exemplo, costureiras na indústria de confecção, e nas ocupações dos serviços referentes ao cuidado pessoal, higiene e alimentação, como, dentre outras atividades, podem ser expressas por tintureiras, arrumadeiras em domicílios e hotéis, faxineiras, lavadeiras e cozinheiras. Os resultados supramencionados, apontando a concentração das mulheres nos setores de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, confecção de artigos do vestuário e acessórios, fabricação de produtos têxteis, comércio de artigos do vestuário e de produtos alimentícios,

bebidas e fumo, e em setores referentes à alimentação e ao alojamento, mostram que, até o ano analisado este padrão de ocupação ainda se faz notável.

Já o segmento responsável pela produção de insumos para a agropecuária ocupa a menor parcela das mulheres que atuam na força de trabalho do agronegócio paranaense. A porção feminina empregada neste segmento corresponde a 1,5% do total de mulheres ocupadas no agronegócio no ano de 2015. Destas mulheres, 69,2% estão alocadas no setor de produtos químicos – designado a produção de produtos farmacêuticos, fertilizantes e defensivos agrícolas – e 30,7% no setor responsável pela fabricação de máquinas e equipamentos, especificamente, de maquinário agrícola.

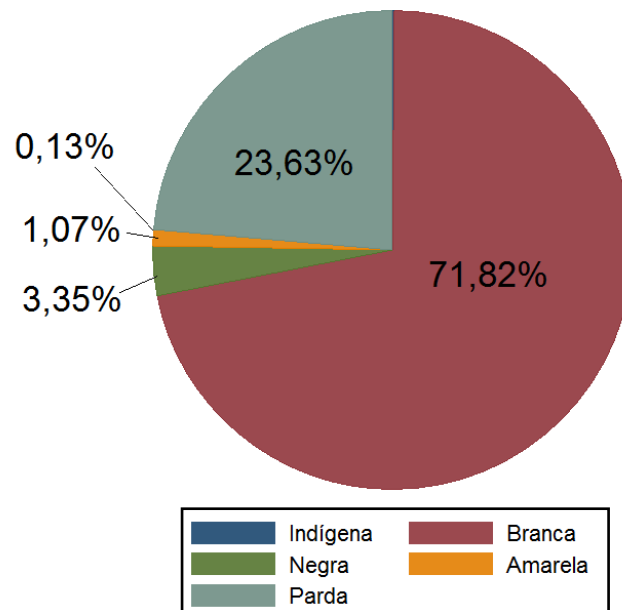
5.2 Perfil das mulheres ocupadas no agronegócio paranaense

Após a mensuração da população feminina ocupada no agronegócio do Paraná e com base nos resultados supramencionados, parte-se para a análise do perfil das mulheres que trabalham dentro de seus diferentes segmentos.

A faixa etária predominante dessas mulheres foi de 30 a 34 anos. O segmento que emprega mulheres mais jovens é o agrosserviço, sendo 28% do total de ocupadas neste segmento com idade entre 25 e 34 anos. Por outro lado, nas atividades primárias há predominância de mulheres mais velhas, sendo que trabalhadoras com idade entre 45 e 54 anos respondem por 26% do total das ocupadas nas tarefas primárias. Mulheres com idade acima de 70 anos também estiveram presentes na execução de atividades correspondentes ao segmento primário, assumindo 7% do total de ocupadas neste segmento.

No período analisado, o agronegócio paranaense estava composto predominantemente por trabalhadoras brancas (71%). Em segundo lugar, estão as que se autodeclaram pardas (23%), seguidas das mulheres negras (3%). Mulheres que se autodeclaram amarelas (1%) e indígenas (0,1%) compuseram a minoria alocada dentro do mercado de trabalho do agronegócio paranaense no ano de 2015, como mostra o Gráfico 2. Dentre seus segmentos, mulheres negras e pardas estiveram mais presentes na indústria, sendo 35% das ocupadas. Por outro lado, o segmento que menos empregou mulheres negras e pardas em 2015 foi o de produção de insumos, sendo que estas compuseram 13% das trabalhadoras.

Gráfico 2: Distribuição das mulheres ocupadas no agronegócio do Paraná em 2015 por cor



Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.

Estes resultados refletem a composição da população paranaense, que teve origem primordialmente europeia, e que, nos primórdios da fase migratória, concentrava-se na realização de atividades agrícolas. Como coloca Schneider (2008), o processo de ocupação do Estado do Paraná é produto de três frentes pioneiras básicas: primeiramente, a do Paraná Tradicional, composta por imigrantes europeus; em seguida, as frentes migratórias internas principalmente de paulistas e mineiros; e a última frente estando composta essencialmente por migrantes gaúchos e catarinenses.

Para o ano pesquisado, dentre as mulheres que ocupam o mercado de trabalho do agronegócio paranaense, 68% são solteiras e 13% são divorciadas; apenas 8% são casadas. Já em relação à maternidade, 72% têm filho(s). Deste modo, o perfil predominante é o de mulheres solteiras sem filhos (37,4%) seguido de mulheres solteiras com filhos (31,2%). Este perfil segue a mesma relação das mulheres que atuam em segmentos econômicos externos ao agronegócio, sendo que 64% são solteiras e 74% possuem filhos. Com relação ao tipo de família⁸

⁸ O IBGE (2015) considera como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar.

predominante no ano de 2015, 24% das mulheres empregadas no agronegócio pertencem a uma família composta por casal com todos os filhos de 14 anos ou mais e 19,9% estão inseridas em um contexto familiar formado por casal com todos os filhos menores de 14 anos. Ainda no que diz respeito às famílias, 47,5% das mulheres ocupam posição de cônjuge e 32,5% são tidas como a pessoa de referência, percentuais que estão em crescimento desde a década de 1980, como ressalta Hoffmann e Leone (2004), quando mulheres com idade acima de 25 anos, cônjuges e chefes de família estiveram presentes entre as que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado. Bruschini (2007) também evidencia o crescimento dos arranjos familiares chefiados por mulheres e, conseqüentemente, a possibilidade de uma maior autonomia a elas.

No que tange a posição na ocupação no trabalho principal das mulheres atuantes no agronegócio no Paraná, para o ano de 2015, as empregadas com carteira de trabalho assinada respondem por 53% do total das ocupadas dentro do agronegócio e aquelas que trabalham por conta própria formam o segundo maior percentual, sendo 16% do total. Essa proporção não se distancia muito daquela referente ao Paraná como um todo, em que 43% das mulheres estão empregadas com carteira de trabalho assinada, seguidas pelas que trabalham por conta própria (14%), como mostra a Tabela 7. Segundo estudo do Cepea (2018), o grau de formalização da mão de obra feminina empregada no agronegócio evoluiu, entre os anos de 2004 a 2015, de maneira mais intensa do que para o Brasil como um todo, sendo que neste período houve um crescimento de 5,35% ao ano no número de trabalhadoras com carteira de trabalho assinada, enquanto para o País este aumento foi de 3,94% ao ano.

Quando se trata da informalidade trabalhista a qual as mulheres são submetidas, de acordo com estudo do Cepea (2018), a quantidade de empregos informais dentro do agronegócio teve maior redução do que no Brasil como um todo, no período entre 2004 e 2015. A quantidade de mulheres ocupadas⁹ no agronegócio sem carteira assinada teve uma queda de 5,62% ao ano, enquanto para o País, esta queda foi de 2,24%. Para esta análise quanto ao Estado do Paraná, evidencia-se que o índice de informalidade ainda permanece alto. Como mostra a Tabela 7, as categorias de trabalhadoras por conta própria e de empregadas sem carteira de

⁹ Para o estudo, o Cepea considera como pessoas ocupadas apenas aquelas que (i) são empregadas com ou sem carteira assinada, (ii) atuam por conta própria ou (iii) são empregadoras.

trabalho assinada refletem uma quantidade considerável de 26,51% de mulheres que atuam na informalidade, desprotegidas das regulamentações que lhes assegurem importantes direitos sociais, como férias, licença-maternidade, acesso a creche, dentro outros (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Tabela 7: Distribuição das mulheres ocupadas por posição no trabalho principal para o agronegócio, seus segmentos e para o Paraná em 2015

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	AGRONEGÓCIO PARANÁ					PARANÁ
	INSUMOS	PRIMÁRIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL	
Empregada com carteira de trabalho assinada	88,64%	8,90%	63,68%	59,89%	53,91%	43,61%
Empregada sem carteira de trabalho assinada	2,27%	10,43%	6,58%	10,90%	9,97%	8,96%
Conta própria	2,27%	19,33%	26,05%	14,07%	16,54%	14,45%
Empregadora	6,82%	1,53%	1,84%	6,08%	4,77%	3,54%
Trabalhadora na produção para o próprio consumo	-	37,42%	-	-	5,24%	3,05%
Não remunerada	-	22,39%	1,84%	2,09%	4,85%	3,00%

Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.

Apesar da semelhança entre a distribuição das mulheres ocupadas por posição no trabalho principal do agronegócio com o total de ocupadas no Paraná como um todo, os resultados mostram diferenças relevantes quando se examina os segmentos dentro deste setor econômico em específico, como será colocado a seguir.

Nos segmentos responsáveis pela produção de insumos para a agropecuária e pela produção industrial, a parcela de mulheres empregadas com carteira de trabalho assinada representa uma quantidade expressiva de cerca de 88% e 63%, respectivamente. No entanto, essa categoria agrupa apenas 8% das mulheres ocupadas nas atividades agropecuárias, o que remete, novamente, à grande parcela de mulheres atuantes sem nenhuma forma de proteção contratual. Trabalhadoras por conta própria também manifestam quantidade significativa dentro dos segmentos do agronegócio, de modo que na agroindústria este percentual é de

26% e de 19% nas atividades primárias, remetendo, mais uma vez, à expressiva presença do trabalho informal no mercado de trabalho feminino no agronegócio.

A observação dos resultados dispostos na Tabela 7 permite a verificação de que mulheres que trabalham na produção para o consumo próprio estão substancialmente presentes dentro do agronegócio, concentradas no segmento primário, no qual estão dispostas 37% de todas as mulheres que atuam nas “dentro da porteira”. Destaca-se também, neste mesmo segmento, a proporção de mulheres que não são remuneradas, compondo 22% do total de ocupadas dentro do próprio segmento. Alguns fatores que podem colaborar para a explicação destas proporções mais elevadas são a condição que a mulher ocupa dentro do núcleo familiar de estar encarregada pelas atividades domésticas, o que inclui prover o sustento da família, como menciona Bruschini (2007), além de fatores históricos e culturais que contribuem para a invisibilidade do trabalho feminino e de sua participação na renda familiar, fazendo com que suas tarefas sejam desprovidas de valor produtivo ou consideradas apenas como ajuda na manutenção da estrutura familiar, como argumenta Cielo et al. (2011). Em contrapartida, especificamente nas atividades primárias, a porcentagem de homens que atuam no trabalho para o consumo próprio é de 10% e aqueles que não são remunerados compõem apenas 4% dos atuantes dentro deste segmento.

Nota-se ainda a presença de mulheres não remuneradas no segmento agroindustrial e de agrosserviços, o que, segundo Bruschini (2007), em estudo realizado para o período que compreende os anos de 1993 e 2005, reflete que a precarização das relações de trabalho femininas expandiu-se para além do âmbito agrícola.

Partindo para a análise da escolaridade das mulheres que representam o mercado de trabalho do agronegócio no Paraná, os dados para o ano de 2015, apontam que a média de anos de estudo é de 9,2 anos para as trabalhadoras. O segmento em que este dado é maior é o de produção de insumos, no qual as trabalhadoras estudaram em média 12 anos. Em contrapartida, o segmento que emprega mulheres com menos anos de estudos é o primário, com média de 6,9 anos. Pode-se argumentar essa diferença pelo fato de a agricultura geralmente demandar força de trabalho menos qualificada, por ser considerada menos dinâmica e sofisticada que as demais atividades presentes nos outros segmentos do

agronegócio (HOFFMANN; NEY, 2004). Contudo, como explicam Hoffmann e Ney (2004), boa parte dessa diferença, presente entre o segmento primário e os demais segmentos, deve-se a uma grande desigualdade de oportunidade educacional, a qual se vê desfavorável aos agricultores.

De acordo com o IBGE, para o ano de 2015, o número médio de anos de estudo para o Brasil era de 7,8 anos e para as mulheres, de 8 anos – superior ao dos homens, que era de 7,6 anos. Contudo, apesar desse número ser inferior para aquelas que atuam nas atividades agropecuárias, como revela a Tabela 8, a média de anos de estudo das mulheres paranaense é superior à média nacional, e em relação às ocupadas no agronegócio, a média no estado é ainda maior.

Tabela 8. Média de anos de estudo para mulheres, homens e para a população total para o agronegócio, seus segmentos e Paraná, em 2015*

	MULHERES	HOMENS	TOTAL DA POPULAÇÃO
Insumos	12,07	10,1	11,5
Primário	6,9	7,08	7,05
Agroindústria	10,1	10,4	10,3
Agrosserviços	11,4	11,3	11,4
Total Agronegócio	9,2	9,03	9,1
Paraná	8,3	8,1	8,2

Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.

* Os resultados referentes ao agronegócio foram calculados utilizando as ponderações explicitadas na sessão 4.2 desta pesquisa.

Quanto ao nível de instrução¹⁰ da população feminina, a maioria das ocupadas no agronegócio tem formação média (42%), seguidas por aquelas sem instrução (25%). Mulheres com formação fundamental e superior são a minoria dentro do agronegócio, conformando, respectivamente 16,18% e 16,14% do total.

O segmento que se destaca pela maior concentração de mulheres sem instrução é o primário, com 60% desta categoria, vide Tabela 9. Isso se reflete, como mencionado anteriormente, na média de anos de estudos baixa para este segmento. Logo após, as mulheres com formação no ensino médio têm a segunda maior presença dentro das atividades agropecuárias (19%).

Os segmentos que são compostos, em sua maioria, por mulheres com

¹⁰ Segundo o IBGE, nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela freqüentados (IBGE, 2018).

nível de instrução mais elevado são o de produção de insumos, sendo que 45% possui formação média e 32% formação superior, e o de agrosserviços, dentro do qual 48% das mulheres ocupadas é formada no nível médio e 20% em níveis superiores. Estes dois segmentos, como apresenta a Tabela 8, também são os que concentram trabalhadoras com média de anos de estudo mais elevada.

Por fim, na agroindústria predomina a presença de mulheres sem instrução (29%) e com formação média (40%). Neste segmento, aquelas que são formadas no nível fundamental compõem 22% e as que estão formadas no ensino superior, apenas 7%.

Tabela 9. Distribuição da população feminina segundo nível de instrução, para o agronegócio, seus segmentos e Paraná, em 2015 (%)*

	SEM INSTRUÇÃO	FUNDAMENTAL	MÉDIO	SUPERIOR
Insumos	15,67	6,83	45,37	32,14
Primário	60,98	16,20	19,37	3,44
Agroindústria	29,47	22,31	40,37	7,85
Agrosserviços	15,86	14,83	48,47	20,84
Total Agronegócio	25,15	16,18	42,53	16,14
Outras atividades	23,40	13,11	32,16	31,33
Paraná	47,16	14,44	25,83	12,57

Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.* Para o nível “sem instrução” considerou-se mulheres sem nenhuma instrução e com fundamental incompleto ou equivalente; para o “nível fundamental”, mulheres com fundamental completo ou equivalente e com médio incompleto ou equivalente; para o nível “médio”, mulheres com ensino médio completo ou equivalente e com superior incompleto; e para o nível “superior”, mulheres com superior completo.

5.3 Análise dos rendimentos das mulheres do agronegócio paranaense

Após a identificação do perfil das trabalhadoras atuantes no agronegócio do Paraná, estimaram-se seus respectivos rendimentos. Esta seção os apresenta e os relaciona entre os segmentos do próprio agronegócio, entre setores econômicos externos ao agronegócio e com a população total ocupada no estado. É indispensável evidenciar que os cálculos realizados para estimar os rendimentos consideraram apenas a população que recebe alguma renda proveniente de sua ocupação, deste modo, não foram considerados trabalhadores não remunerados, diferentemente da seção anterior, na qual estes estão incluídos nos resultados apresentados. Cabe ressaltar ainda que para os cálculos dos rendimentos as

ponderações apresentadas na sessão 4.2 não foram utilizadas, deste modo, nas atividades parcialmente pertencentes ao agronegócio, o rendimento médio considerado foi aquele referente ao total da população ocupada e não somente à parcela de trabalhadores relacionada ao agronegócio.

Estimou-se que o rendimento médio auferido pelos trabalhadores do agronegócio no Paraná no ano de 2015 foi de R\$ 2.116 mensais e, como explicita a Tabela 10, os trabalhadores que atuam em setores econômicos externos ao agronegócio apresentaram rendimentos médios de R\$ 2.105 mensais. As remunerações verificadas para o Estado do Paraná são superiores quando comparados com os rendimentos auferidos no Brasil como um todo, tanto para trabalhadores do agronegócio como de outros setores econômicos, os quais têm média de R\$ 1.839 e R\$ 1.797, respectivamente. A diferença percentual entre os salários auferidos pelos ocupados no agronegócio e em outros setores econômicos também é menor no Paraná, de modo que a remuneração dos segundos é 2,2% inferior a dos primeiros em termos nacionais, enquanto esta diferença é de apenas 0,5% no Estado do Paraná.

Tabela 10. Rendimento médio auferido por mulheres, homens e pela população total no agronegócio, seus segmentos e para outras atividades econômicas, para o Paraná e para o Brasil, em R\$ (2015)

	SEGMENTO	MULHERES	HOMENS	POPULAÇÃO TOTAL
PARANÁ	Insumos	1.895	2.460	2.324
	Primário	1.143	1.653	1.558
	Agroindústria	1.212	1.875	1.581
	Agrosserviços	1.803	2.762	2.367
	Agronegócio	1.648	2.410	2.116
	Outras atividades	1.682	2.755	2.105
	Total Paraná	1.664	2.395	2.088
BRASIL	Insumos	2.271	2.594	2.514
	Primário	869	1.136	1.102
	Agroindústria	1.035	1.672	1.359
	Agrosserviços	1.684	2.306	2.051
	Agronegócio	1.556	2.006	1.839
	Outras atividades	1.470	2.340	1.797
	Total Brasil	1.517	2.001	1.779

Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.

Para as mulheres operantes no agronegócio paranaense, estimou-se o rendimento médio de R\$ 1.648, valor 46% menor quando comparado ao rendimento recebido pelos homens que exercem as mesmas funções. Esta mesma discrepância aparece na diferença dos rendimentos entre mulheres e homens que atuam em outras atividades econômicas (63%) e no Estado do Paraná como um todo (43%).

Estudos do Cepea (2019) referentes ao período entre 2004 e 2015 apontam que os salários das mulheres empregadas no agronegócio apresentaram aumento de 57%, contudo a disparidade permanece alta quando comparados ao nível médio salarial recebido pelos homens que atuam nas mesmas atividades. Desta forma, a avaliação dos dados de 2015 feita nesta pesquisa também converge para esse resultado. Como mencionado anteriormente, algumas teorias mais conservadoras preferem explicar esta diferença salarial entre os gêneros alegando que os anos de estudo e os níveis de instrução dos homens são mais elevados do que os das mulheres. Porém, como mostram os resultados expostos na seção anterior, a média de anos de estudo das mulheres no Paraná é superior à dos homens e para o agronegócio essa diferença também se confirma.

No que tange a desigualdade entre as remunerações auferidas por gênero, de acordo com Bruschini (2007), esta diferença é melhor percebida na indústria de transformação, de modo que, em 2002, 46% dos ocupados recebiam até dois salários mínimos, enquanto 73% das ocupadas situavam-se na mesma faixa de renda. Ao observar os segmentos do agronegócio, isto se confirma, de modo que as diferenças salariais são de 30% para o segmento primário, 34% para o segmento de serviços e 35% para as atividades industriais, sempre favoráveis à população masculina.

Em relação à disparidade entre rendimentos auferidos pelas mulheres ocupadas nos diferentes segmentos do agronegócio, aquelas que auferem remuneração mais alta são as que trabalham na produção de insumos, com média de R\$ 1.895 mensais, enquanto aquelas que ocupam o agrosserviço, a agroindústria e a agropecuária recebem, respectivamente, rendimentos 5%, 56% e 65% inferiores.

Verifica-se uma concentração de mulheres que receberam menos de um salário mínimo vigente no País no ano de 2015 no segmento primário, em que 38% do total de mulheres ocupadas neste segmento auferiram remuneração inferior a 788 reais mensais. Além disso, 24% delas receberam remuneração inferior a meio

salário mínimo. Na outra extremidade, apenas 7,8% destas trabalhadoras receberam mais que três salários mínimos e apenas 3% recebeu salários maiores que cinco mil reais. Em média, este é o segmento que atribui menor rendimento às mulheres ocupadas no Paraná, com R\$ 1.143 mensais. Ainda na análise deste segmento, as maiores remunerações foram destinadas às mulheres que trabalharam dentro do setor de agricultura e pecuária, setor em que a média salarial esteve em torno de R\$ 1.146 mensais, enquanto no setor responsável pelas atividades de pesca e aquicultura, a remuneração média das mulheres esteve em torno de mil reais mensais.

No segmento de produção de insumos, a remuneração mais alta foi observada entre as mulheres que atuaram no setor fabricante de máquinas e equipamentos – maquinário agrícola em específico – com R\$ 2.294 mensais. Na agroindústria, as mulheres melhor remuneradas estiveram atuando no setor de produção de álcool e refino do petróleo¹¹, seguido pelo setor de fabricação de papel e celulose, com rendimento de R\$ 1.775 mensais.

Já no segmento dos agrosserviços, o setor que melhor remunerou as mulheres que estiveram empregadas em 2015 foi o de pesquisa e desenvolvimento de ciências sociais e humanas, com média de R\$ 4.058 mensais, seguido pelo setor de intermediação financeira, com R\$ 3.161 mensais.

Quando se compara a remuneração auferida pelas mulheres ocupadas no agronegócio com aquela auferida por mulheres que trabalham em outras atividades econômicas, estas segundas recebem, em média, salários superiores do que as primeiras, como alega o Cepea (2019). A partir da avaliação dos dados referentes ao Paraná para o ano de 2015, também se verificou que os rendimentos auferidos pelas mulheres à frente do agronegócio foram em média 2% inferiores daqueles auferidos pelas trabalhadoras que ocupam os demais setores econômicos.

No que tange a posição de ocupação no trabalho principal, como mostra a Tabela 11, dentro do agronegócio as mulheres com remuneração mais alta são empregadoras, com média de R\$ 3.805 mensais. A segunda remuneração mais elevada é daquelas que trabalham por conta própria, as quais obtêm média de R\$ 1.478 de salário. Em contrapartida, a posição que atribui remuneração mais baixa às

¹¹ Para este setor, o rendimento médio encontrado foi de R\$ 16.000, contudo, a base de dados da PNAD de 2015 só possui uma observação com essa característica.

mulheres atuantes no agronegócio paranaense é a de trabalhadoras sem carteira assinada com cerca de R\$ 1.025 mensais, as quais, além de receberem menos, não possuem garantia de direitos trabalhistas previstos em lei. Ainda no que se refere ao trabalho informal, no agronegócio do Paraná, mulheres que trabalham sem carteira assinada recebem 44% a menos do que as que trabalham por conta própria.

Tabela 11. Rendimento médio auferido pelas mulheres por posição no trabalho principal para o agronegócio, seus segmentos e para o Paraná, em R\$ (2015)

	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA	CONTA PRÓPRIA*	EMPREGADOR
Insumos	1.905	1.000	-	2.618
Primário	1.050	840	1.134	4.500
Agroindústria	1.360	770	873	2.021
Agrosserviços	1.487	1.108	1.862	3.958
Agronegócio	1.461	1.025	1.483	3.805
Outras atividades	1.674	1.314	1.793	4.902
Total Paraná	1.520	1.121	1.550	4.202

Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.

* A média auferida por trabalhadoras por conta própria no segmento de insumos não foi calculada, uma vez que a PNAD obtém apenas uma observação com esta característica.

Analisando os segmentos do agronegócio, a diferença dos rendimentos auferidos entre aquelas que trabalham com e sem carteira assinada – com remunerações sempre favoráveis ao primeiro grupo – se dá de maneira mais expressiva na produção de insumos (47%), seguida pela indústria (43%) e pelos serviços (25%).

No segmento de atividades primárias de base agropecuária, a diferença salarial entre aquelas que trabalham com e sem carteira assinada é a menor estimada dentro do agronegócio, sendo de 20%. Contudo, este segmento é o que pior remunera as mulheres empregadas com carteira assinada. No que se refere ao trabalho informal dentro deste segmento, a menor remuneração média é daquelas que atuam sem carteira de trabalho assinada, a qual equivale a 74% dos rendimentos auferidos pelas que atuam por conta própria.

Por fim, quando comparados os rendimentos auferidos pelas mulheres do agronegócio e por aquelas que ocupam outros setores econômicos, o segundo apresenta remunerações favoráveis para todas as posições no trabalho principal, com destaque para as empregadoras e trabalhadoras sem carteira de trabalho

assinada, que em outros setores recebem, ambas, 28% a mais do que as do agronegócio.

Finalmente, avaliam-se os rendimentos auferidos pelas mulheres do agronegócio paranaense pela escolaridade. Primeiramente, conforme o esperado, as remunerações médias auferidas no agronegócio vão evoluindo conforme mais alto o grau de instrução. Entre os níveis de escolaridade fundamental, médio e superior, os rendimentos médios são de, respectivamente, R\$ 1.180, R\$ 1.406 e R\$ 3.453, vide Tabela 12. Aquelas que atuam no agronegócio e não possuem formação recebem, em média, R\$ 1.056 mensais.

Tabela 12. Rendimento médio auferido pelas mulheres por nível de instrução para o agronegócio, seus segmentos e para o Paraná, em R\$ (2015)

	SEM INSTRUÇÃO	FUNDAMENTAL	MÉDIO	SUPERIOR
Insumos	1.028	1.029	1.291	3.390
Primário	1.098	1.108	1.177	1.966
Agroindústria	884	1.101	1.231	2.661
Agrosserviços	1.129	1.221	1.458	3.552
Total Agronegócio	1.056	1.180	1.406	3.453
Outras atividades	795	970	1.358	2.988
Paraná	929	1.095	1.389	3.197

Fonte: elaboração própria com resultados da pesquisa.

A fim de comparação, de acordo com o próximo nível alcançado diante de anos adicionais de estudo, mulheres com instrução fundamental recebiam em média 11% a mais do que aquelas sem instrução; as com formação média auferiam 19% a mais do que as com instrução fundamental; e aquelas com nível superior tinham remuneração 145% superior do que a categoria média, o que evidencia uma maior diferença salarial entre níveis de instrução mais elevados.

Estudo do Cepea (2019) afirma que para os anos de 2014 e 2015, a diferença salarial entre mulheres com 13 ou mais anos de estudo e sem instrução era de 154,8%, em âmbito nacional. De acordo com os resultados estimados e apresentados na Tabela 12, verifica-se que no Estado do Paraná essa diferença foi de 226%¹².

¹² Resultado calculado através da comparação entre os níveis “superior” e “sem instrução”; baseado na classificação do IBGE (2015) onde se considera 12 anos de estudo a partir da 1ª série concluída

Ao compararem-se as remunerações médias por escolaridade entre os segmentos do agronegócio, do total de mulheres remuneradas, o segmento primário de base agropecuária foi o que obteve ocupação de mulheres sem instrução mais elevada, com 53%, as quais recebiam em média R\$ 1.098 mensais. Por outro lado, o segmento que obteve maior concentração de mulheres com formação superior foi o produtor de insumos, sendo 32% das remuneradas neste segmento, as quais auferiam média de R\$ 3.390 mensais.

As maiores diferenças salariais em relação aos níveis de instrução “fundamental” e “médio” com relação ao “sem instrução” foram estimados para o segmento da agroindústria, de modo que, as mulheres com formação fundamental recebiam 24% a mais do que aquelas sem instrução, e para a categoria média a remuneração das mulheres foi cerca de 39% superior às da primeira categoria. Já quando são comparados os níveis “superior” e “sem instrução”, os segmentos que apresentaram maiores diferenças salariais foram o de insumos – no qual mulheres com formação superior receberam 229% a mais do que aquelas sem instrução – o de serviços – 214% – e, por fim, na indústria trabalhadoras com nível de instrução superior obtiveram remunerações 200% maiores do que as sem instrução.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados da PNAD, pode-se considerar que, em 2015, o agronegócio do Paraná respondeu por 23,1% da população feminina total ocupada no Estado, empregando 520 mil mulheres em seus quatro segmentos principais: produção de insumos para a agropecuária, atividades primárias de base agropecuária, indústria de transformação de produtos de base agrícola e pecuária, e serviços que contemplam estes produtos e os destinam aos consumidores finais ou à exportação.

Em relação aos rendimentos, verificou-se que as mulheres do agronegócio auferem rendimentos em média 2% inferiores aos ganhos nos outros setores econômicos. Mulheres empregadas com carteira de trabalho assinada conformaram a maioria dentro do agronegócio, contudo, o emprego informal e as atividades voltadas ao consumo próprio e não remuneradas também se fazem presentes de maneira expressiva. Em relação à escolaridade, o número médio de anos de estudo destas mulheres foi superior à média de todas as mulheres paranaenses, o que se reflete na alta presença das mulheres com níveis de instrução médio e superior.

Ao analisar a população feminina ocupada com foco no perfil destas mulheres dispostas nos segmentos do agronegócio, esta pesquisa permitiu identificar suas disparidades e características predominantes.

O segmento primário foi o responsável pela maioria atuante no agronegócio (41,1%) e, por conta disso, influenciou outros resultados de maneira significativa, como na presença do trabalho não remunerado, informal, voltado ao consumo próprio e nos níveis de instrução inferiores. Por fim, os rendimentos deste segmento também sofrem interferência dessas características e, sendo assim, verificou-se que as mulheres que trabalham nas atividades “dentro da porteira” receberam as menores remunerações entre toda a população feminina que atuou no agronegócio paranaense em 2015.

Os segmentos produtor de insumos, agroindustrial e de serviços conformam um quadro mais homogêneo entre o perfil das trabalhadoras. Ocupam significativas parcelas de empregadas com carteira de trabalho assinada, possuem média de anos de estudo mais elevada e são os segmentos que concentram a

maioria das mulheres com ensino médio e superior. Deste modo, seus rendimentos são perceptivelmente superiores aos auferidos pelas trabalhadoras das atividades agropecuárias.

Além das características apresentadas, é importante mencionar que diversos outros fatores não analisados nesta pesquisa contribuem para a composição do mercado de trabalho feminino no agronegócio e afetam os rendimentos, como diferenças entre os salários das mulheres de acordo com número de filhos, estado civil, cor ou raça, jornada de trabalho, local de moradia e trabalho, entre outros. Destaca-se aqui a importância da continuidade desta investigação por meio da elaboração de outros estudos que contemplem este tema.

Esta pesquisa objetivou contribuir com a literatura que aborda o mercado de trabalho feminino, as nuances do agronegócio e as características que predominam no Estado do Paraná. De modo geral, ao analisar a estrutura do mercado de trabalho feminino no agronegócio paranaense, pressupõe-se que traçar um único perfil destas mulheres é uma tarefa difícil, uma vez que, por meio das variáveis utilizadas, este estudo permite verificar que o perfil destas mulheres é bastante diverso, contemplando desde altos níveis de escolaridade e de trabalho formal, até significativos índices de informalidade, de trabalhadoras sem instrução e de trabalho desprovido de valor produtivo.

Por fim, a participação feminina no mercado de trabalho do agronegócio, mesmo que ainda pouco explorada e, muitas vezes, subestimada, é de suma importância social e econômica. Além de apresentar crescimento ao longo dos anos, como mostram outros estudos, no Estado do Paraná a força de trabalho feminina neste setor está composta por mulheres bastante qualificadas e que contribuem de maneira significativa para a produção e geração de valor.

Neste sentido, os resultados alcançados nesta pesquisa podem contribuir na formulação de políticas públicas destinadas às mulheres que compõem a força de trabalho do Estado, sobretudo àquelas que atuam dentro do agronegócio, principalmente, políticas públicas que assegurem os direitos até então conquistados por estas mulheres, e que possam garanti-los àquelas que ainda atuam na informalidade, em atividades voltadas ao consumo próprio e que não são remuneradas ou providas de qualquer proteção. Ademais, tendo em vista que o Paraná é destaque no cooperativismo nacional, sobretudo em atividades que estão

incluídas no agronegócio, esta pesquisa também pode contribuir para o desenvolvimento de programas que abranjam as trabalhadoras deste setor e, desta maneira, permitam que elas se movam dentro da cadeia produtiva, alcancem novos mercados e continuem contribuindo para o crescimento do agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ – AEN. **Estado tem margem para ampliar ainda mais a agropecuária.** Disponível em <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=101412&tit=Estado-tem-margem-para-ampliar-ainda-mais-a-agropecuaria>>. Acesso em 18 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG. **Perfil da Mulher do Agronegócio Brasileiro.** Mulheres no agronegócio. Sumário executivo, fase 1, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG. **Todas as mulheres do agronegócio.** Sumário executivo, fase 2, 2017.

BARROS, G. S. C.; SILVA A. F.; FACHINELLO, A. L. **PIB do agronegócio brasileiro – Comentários metodológicos.** CEPEA – ESALQ/USP. Novembro, 2014. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_NotaMetodologica_Nov_a.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Economia – MDE. **Relação Anual de Indicadores Sociais.** Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRASIL. Secretaria do Paraná de Agricultura e do Abastecimento – SEAB. **Agronegócio do Paraná mantém ritmo de crescimento, diz Censo.** Curitiba, 2019. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Agronegocio-do-Parana-mantem-ritmo-de-crescimento-diz-Censo>>. Acesso em 17 de novembro de 2019.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537–572, 2007.

CASTRO, N. R. **Two essays assessing the agribusiness labor market.** 2018. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2018.

CASTRO, N. R.; BARROS, G. S. A. C.; ALMEIDA, A. N.; GILIO, L; MORAIS, A. C. P.

Mercado de trabalho e rendimentos no agronegócio de Minas Gerais. Revista de Economia e Agronegócio, v. 15, p. 387-405, 2017.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA/ESALQ-USP. **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro – Aspectos metodológicos.** Piracicaba, 2017. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Defini%C3%A7%C3%B5es%20e%20procedimentos%20metodol%C3%B3gicos%20-%20Cepea_Esalq_USP_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2019.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA/ESALQ-USP. **Metodologia – PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução.** Piracicaba, 2017. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Metodologia%20PIB_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2019.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA/ESALQ-USP. **Mulheres no agronegócio.** Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro. Edição especial. Volumes 1, 2 e 3. Piracicaba, 2018 e 2019.

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO – CESIT. **As mulheres e o mercado de trabalho.** Cadernos de formação. Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. Caderno 3. São Paulo, 2017.

CIELO, I. D.; LIMA, J. F.; ALVES, L. R. **Mapeamento do emprego formal feminino no estado do Paraná.** Revista Publicatio Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes, v. 19, n. 1, p. 59-70. Ponta Grossa, 2011.

CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. **A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel.** Revista Capital Científico, v. 12 n. 1, 2014.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. **IBGE divulga Censo Agro no Paraná.** Paraná, 2019. Disponível em <<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/ibge-divulga-censo-agro-no-parana>>. Acesso em 17 de novembro de 2019.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness.** Journal of Farm Economics, Ithaca, v. 39, n. 4, p. 1042-1045, 1957.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Trajectoria da Agricultura Brasileira.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/visao/trajectoria-da-agricultura-brasileira>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS – FAO. **EI estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Las mujeres en la agricultura. 2010-11. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i2050s.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2019.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 2, p. 51-79, 2004.

GEORGINO, M. **Desmistificando a mão de obra feminina**. Revista Hortifruti Brasil, ano 6, n. 65, p. 6-13, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Nota Técnica: Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHNEIDER, I. E. **Movimentos migratórios: a inserção socioeconômica dos migrantes dentro das fronteiras agrícolas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu: ABEP, 2008.